

ATA N.º 10/2020

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2020

Aos vinte e sete dias do mês de março do ano dois mil e vinte, nesta cidade de Peniche, por videoconferência, com a participação dos Excelentíssimos Senhores Henrique Bertino Batista Antunes, Presidente, Ana Rita Trindade Petinga, Vice-Presidente, Mark Paulo Rocha Ministro, Filipe Maia de Matos Ferreira Sales, Cristina Maria Luís Leitão, Jorge Manuel Rosendo Gonçalves e Rogério Manuel Dias Cação, Vereadores, reuniu-se, ordinariamente, a Câmara Municipal de Peniche, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1.º - Período de antes da ordem do dia. -----

----- 2.º - Ordem do dia: -----

----- 1) Crise de pandemia devido ao novo Coronavírus; -----

----- Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística: -----

----- 2) Empreitada de “Musealização do Sítio Arqueológico do Morraçal da Ajuda” - Prorrogação do prazo – Pelouro do Planeamento e Urbanismo; -----

----- 3) Empreitada de construção de passadiços para as praias da baía norte de Peniche – Cova de Alfarroba, Baía e Baleal Campismo – Prorrogação do prazo - Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-----

----- 4) Empreitada de estabilização da arriba do portinho de areia sul – Prorrogação do prazo - Pelouro do Planeamento e Urbanismo; -----

----- 5) Empreitada de “Musealização do Sítio Arqueológico do Morraçal da Ajuda” - Prorrogação do prazo – Terceira prorrogação do prazo - Pelouro do Planeamento e Urbanismo;--

----- Reuniões de Câmara: -----

----- 6) Não realização da terceira reunião ordinária da Câmara Municipal de março de 2020 – Pelouro da Administração Geral; -----

----- 7) Realização da quinta reunião ordinária da Câmara Municipal de março de 2020 – Pelouro da Administração Geral. -----

----- 3.º - Aprovação da minuta da ata. -----

A reunião foi aberta, pelo senhor Presidente, eram dez horas e cinquenta minutos, encontrando-se os sete elementos que compõem a Câmara Municipal de Peniche. -----

Estiveram presentes os senhores: Josselène Nunes Teodoro, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, em regime de substituição, e Marina Viola, Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, durante toda a reunião. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Todos os membros da Câmara Municipal prescindiram do direito de uso da palavra no período de antes da ordem do dia. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

Apresentou o seguinte voto de louvor:

«Neste tempo de medo, de angústia e de sofrimento.

Neste tempo de ausência de abraços, de beijos e de afetos.

Neste tempo de falta de gente nas ruas, nas praças, nas praias e nos jardins.

Neste tempo que não parece primavera, mas em que os pássaros continuam a cantar, as folhas continuam a nascer e as flores insistem em florir.

É o tempo de sofrimento, luta e resistência.

É o tempo da determinação e da esperança no amanhã.

É o tempo de acreditarmos que vamos conseguir vencer o inimigo.

São os dias em que acordamos a pensar na vida, na sobrevivência, nos que não vamos conseguir salvar.

É a angústia de conhecer diariamente a frieza dos números e de quantos mais partiram.

É o tempo de espera para que finalmente a situação se inverta.

É a esperança de conseguirmos ultrapassar rapidamente este pesadelo.

É o tempo e é o dia de nos lembrarmos e agradecermos aos que nestes dias trabalham para pouparmos vidas, sobrevivermos e deixarmos este sentimento de prisão.

- *Aos profissionais de saúde*
- *Aos Bombeiros voluntários*
- *Aos agentes das forças de segurança e controlo*
- *Aos trabalhadores municipais que:*
 - *continuam a recolher o lixo;*
 - *continuam a limpar as ruas quando é necessário;*
 - *continuam a desinfetar equipamentos e espaços;*
 - *continuam a realizar funerais;*
 - *continuam a operar no Mercado Municipal;*
 - *continuam a preparar processos e outros procedimentos;*
 - *estão em alerta permanente para intervir em situações de emergência;*
 - *estão com a responsabilidade da informação.*
- *À equipa de apoio social em permanente alerta e a intervir sempre que para tal é solicitada.*
- *Aos farmacêuticos e seus trabalhadores.*
- *Aos trabalhadores dos lares.*
- *Aos trabalhadores dos supermercados.*
- *Às padarias, peixarias e demais estabelecimentos que estão abertos.*
- *Aos agricultores.*
- *Aos pescadores e trabalhadores da lota.*
- *Às conserveiras e a todos os outros que continuam a laborar e a produzir.*
- *Aos camionistas.*
- *A todos quantos continuam a manter o apoio a quem não pode sair de casa.*
- *À comunicação social que nos mantém informados.*
- *Aos muitos voluntários que prestam apoio às pessoas.*
- *Aos voluntários que passeiam os animais recolhidos.*
- *Aos professores que continuam a dar aulas.*
- *Às famílias de todos os profissionais que estão permanentemente em risco.*
- *Aos que estão em casa a partilhar o sofrimento de todos os outros.*
- *Um agradecimento aos autarcas das freguesias, seus colaboradores e voluntários que têm estado a intervir.*
- *Um agradecimento aos agricultores de Atouguia da Baleia e de Ferrel, que têm estado a colaborar nas ações de desinfeção dos espaços públicos.*

Um particular registo ao Coordenador da Proteção Civil e à sua equipa permanentemente disponível.

A todos os referidos e a todos os outros, a Câmara Municipal de Peniche aprova um louvor de agradecimento e de reconhecimento.

Bem hajam!

Muito obrigado!» -----

Senhor Vereador Rogério Cação:

- Disse que talvez fosse, ainda, cedo, para apresentar um louvor, mas não tinha qualquer problema em aprová-lo. Referiu que, provavelmente, num segundo momento, se justificava fazer ou um louvor ou uma saudação ao comportamento cívico que tem existido por parte dos munícipes, até para incentivar as pessoas mantê-lo. -----

Colocados a votação foram os votos de louvor, propostos pelo senhor Presidente da Câmara e pelo senhor Vereador Rogério Cação, aprovados por unanimidade. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Câmara passou a apreciar os assuntos constantes da ordem do dia, tendo tomado as seguintes deliberações que, quando não sejam indicados outro resultado e forma de votação, foram tomadas por unanimidade e votação nominal:-----

1) Crise de pandemia devido ao novo Coronavírus: -----

Deliberação n.º 250/2020: O senhor Presidente da Câmara fez o ponto de situação referente à crise de pandemia devido ao Coronavírus. -----

Para constar se transcreve a proposta entregue pelo senhor Presidente da Câmara: -----

«Medidas a propor de imediato:

1. *Isenção do pagamento de 3 (três) meses de rendas das seguintes concessões/arrendamentos:*
 - *Isenção de três meses de renda aos arrendatários do restaurante Berlenga/Ternuranónima, L.^{da};*
 - *Cafetaria do Parque / Francisco Manuel Romão Esgaia;*
 - *Castelinho da Berlenga / Bello Pelerito Unipessoal, L.^{da};*
 - *Estabelecimento do Parque Municipal de Campismo / Fersimpa, Sociedade Comercial Imobiliária, S.A.;*
2. *Isentar do pagamento as rendas dos estabelecimentos do Mercado Municipal;*
3. *Suspensão da cobrança de taxas de ocupação do espaço público e publicidade dos estabelecimentos comerciais de abril a dezembro;*
4. *Possibilitar a prorrogação do pagamento das rendas de habitação social até três meses a quem necessitar;*
5. *Prorrogar o prazo de pagamento de contraordenações e coimas até 30 de junho;*
6. *Avaliar e quantificar a possibilidade de apoio aos munícipes e às empresas, através do tarifário da água.»* -----

Para constar se transcreve a proposta enviada pelos senhores Vereadores do Partido Social Democrata: -----

«Medidas a propor de imediato:

1. *Isenção de 50% nas componentes variáveis da tarifa de água e do saneamento para consumidores domésticos e não domésticos, durante os meses de abril e maio de 2020;*
2. *Isenção de taxas de ocupação de espaço público, esplanadas e publicidade, de licenças que venham a ser requeridas e emitidas, até ao final do ano de 2020, para empresas que após o fim do estado de emergência retomem a sua atividade, assim como prolongamento em 6 meses, sem*

custos adicionais, para licenças de ocupação de espaço público, esplanadas e publicidade atualmente em vigor;

3. Criação do Fundo Municipal de Emergência (FME) para apoiar indivíduos, famílias e entidades expostas a condições de grande fragilidade social e económica, com o valor correspondente a, pelo menos, 25% da receita arrecadada pelo Município em IRS no presente ano;

4. Isenção do pagamento das rendas, nos meses de abril e maio de 2020, aos concessionários municipais que tenham cessado a atividade durante o estado de emergência e suspender a cobrança de taxas dos mercados municipais;

5. Isenção no pagamento da derrama no corrente ano para as empresas que comprovadamente não tenham despedido, nem terminado contratos de trabalho com os seus colaboradores;

6. Atribuição de um subsídio extraordinário a todas as IPSS do concelho que tenham sido obrigadas a suspender as suas respostas sociais, onde comprovadamente se registe o decréscimo superior a 50% nas participações familiares, apoiando e substituindo-se o Município com o pagamento de 25% dessa participação;

7. Reforço do estímulo municipal à atividade económica, melhorando a capacidade de resposta dos serviços municipais (no imediato, através de teletrabalho), de forma a que os processos de licenciamento turístico, comercial, industrial ou de obras particulares não fiquem pendentes e que todos os investimentos se possam concretizar no mais curto espaço de tempo – limitando assim os efeitos de contágio que costumam resultar das crises económicas.

Deve, ainda, a Câmara Municipal reivindicar junto do Governo, nomeadamente através da Oeste-CIM, por uma linha de crédito para apoio às autarquias por forma a que estas possam aceder a um empréstimo financeiro para as atividades necessárias à mitigação e gestão da corrente crise económica e social, decorrente da pandemia do COVID-19.»-----

Relativamente ao Ponto Um da ordem do dia, registaram-se as seguintes intervenções: -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Referiu que os serviços Municipais e, particularmente, o senhor Comandante Operacional da Proteção Civil, os Bombeiros Voluntários de Peniche, os agentes de autoridade, com quem estão permanentemente em contacto, têm feito um trabalho de excelência. Deu conta que estão a acompanhar todos aqueles que estão nas frentes mais duras, que são o Hospital de Peniche, o Centro de Saúde e outros serviços que estão abertos. Disse que têm procurado dar uma palavra de conforto em alguns momentos e, também, contactado, com todos, também com algumas instituições, para perceber se existem dificuldades, disponibilizado apoio da Câmara Municipal. Disse que sabia que, da parte do Hospital de Peniche, está garantida a dormida de todos aqueles que não podem ou não devem ir para casa, há uma reserva, em Atouguia da baleia, com 17 quartos. Deu conta que partilhou um relatório, alertando para o facto de existirem algumas insuficiências, nomeadamente a não referência aos contributos no nosso site dos “cinco minutos de Esperança”, que deveriam também estar referenciados, até porque foi uma iniciativa muito interessante da parte da senhora Vereadora Ana Rita Petinga e dos elementos que envolvem a área da cultura. Referiu que o mesmo iria sendo completo e corrigido de acordo com aquilo que estiver em falta ou menos correto. Informou que uma das medidas que foi, na sua opinião, muito importante foi a Linha de Apoio ao Idoso, uma iniciativa da área social, nomeadamente da Adjunta, Vanda Duarte, que tem estado a funcionar muito bem. Deu conta que têm estado a corrigir alguns comportamentos e a tentar melhorar todos os serviços de apoio que estão em funcionamento. Disse que quando sentiram, a determinada altura, num momento que era preocupante e que poderia assumir um caráter crescente de risco a vinda de pessoas de outros concelhos ou do estrangeiro, que não estavam a ser controladas, fez-se um alerta, criando também um número de informação, ao que as

peessoas têm correspondido muito bem, algumas de forma particular, mas que a Câmara Municipal tem agradecido, porque é necessário estar em alerta, porque não é fácil controlar todos os movimentos de risco que existem. Referiu que, esta semana, foi criada uma equipa de voluntários para passear os cães que se encontram no canil. Informou que têm estado a acompanhar os dois casos de pessoas que deram positivo nos testes, particularmente o primeiro, em Geraldês, que os preocupou por ter sido conhecido de forma indireta, e porque o doente tinha sido transportado por uma ambulância da Cruz Vermelha para Coimbra, e ninguém o tinha referenciado, e deviam tê-lo feito, pelo menos ao Delegado de Saúde e ao coordenador da comissão de Proteção Civil. Referiu que têm estado em contacto com a senhora Diretora do Centro Hospitalar do Oeste, e com o Delegado de Saúde de Peniche. Deu conta que tem tido alguns contactos com o Delegado de Saúde de Caldas da Rainha, com o propósito de se conhecer, a cada momento, as situações de risco, referindo que a informação das situações no concelho são muito atuais, também devido à proximidade do Comandante e dos Bombeiros, que vão dando conhecimento das ocorrências para procurarem intervir, tomar medidas de precaução, em relação às pessoas que, supostamente, podem estar infetadas com o vírus. Disse que, em relação aos contactos de risco, o Delegado de Saúde tem que intervir determinando que têm de estar em casa 14 dias. Referiu que há um conjunto de medidas que tomaram, em conjunto com os Municípios. Deu conta que existe uma linha no whatsapp com os Presidentes, o Primeiros e o Segundo Secretários da Oestecim, que tem estado a funcionar bastante bem, onde procuram colocar o máximo de informação possível, e isso tem sido positivo. Informou que, ontem decorreu, durante todo o dia, a reunião da Oestecim, por videoconferência, onde se discutiu e elaborou a primeira proposta das medidas concertadas, aguardando pelas medidas do governo, para as avaliarem e não estarem a sobrepor alguns apoios. Deu conta que foi decidido, em conjunto, adquirir alguns materiais, nomeadamente hipoclorito e gel álcool. Referiu que estão a fazer uma grande pressão para adquirir equipamentos, que não existem, nomeadamente máscaras. Informou que foram oferecidas algumas máscaras e luvas ao Hospital de Peniche, porque têm falta de stock, têm estado a fazer o mesmo com os lares que têm a mesma dificuldade, ou seja, têm tentado responder àquilo que no imediato são as questões prioritárias. Disse que, neste momento, importava perceber o que é que em conjunto poderiam decidir e ajudar, porque a situação tem tendência a agravar-se por mais uns dias. Referiu que estão a tentar tomar medidas de precaução, mas basta qualquer momento de desatenção ou alguma dificuldade acrescida, e tudo poderá complicar-se mais. Referiu que, em Caldas da Rainha, quando existe alguma situação no Hospital que foge um pouco ao funcionamento normal, bastando para isso entrar um doente que possa indicar estar infetado e que não tenha as medidas adequadas no acesso poderá colocar em causa todos os doentes e profissionais de saúde. Deu conta que partilhou com os senhores Vereadores a questão da instalação de Hospital de Campanha, com 30 camas, sendo entendido sempre uma retaguarda ao Hospital e ao Centro de Saúde de Peniche. Informou que Torres Vedras tinha dois, Caldas da Rainha tem dois, a Lourinhã tem um. Disse, ainda, que as entidades que estão na linha da frente, nomeadamente o Hospital de Peniche, a Capitania do Porto de Peniche, a Brigada Fiscal, a GNR, a PSP, todos receberam da parte da Câmara Municipal luvas e outros apoios. Referiu que foram garantidas as refeições a crianças referenciadas, por uma equipa do Município. Disse que aquilo que se entendeu como mais importante tem sido feito. Foram tomadas outro tipo de medidas, em coordenação com a PSP, com a Capitania do Porto Peniche e com a GNR, onde procuraram, a partir de determinado momento, limitar o acesso das pessoas a alguns locais onde as mesmas se concentravam, nomeadamente, no Baleal e nos Supertubos, no essencial as pessoas estão a aceitar as orientações das autoridades. No Mercado Municipal o acesso tem sido feito de forma organizada com poucas pessoas a entrar de cada vez. No sábado foi feita uma fila com a distância recomendada que correu bem. Disse que contactaram com a maior parte das empresas do concelho, logo nos primeiros dias, e perceberam a dificuldade que existia, em relação à Thai Union, falou com o administrador que lhe relatou que estavam a tomar medidas de

precaução, nomeadamente com os familiares de motoristas de carros pesados que vêm do estrangeiro, que foram tomadas medidas de desinfeção da fábrica, que têm algumas dificuldades com alguns equipamentos, nomeadamente máscaras, mas estavam a fazer uma gestão equilibrada, montaram uma segunda cantina, no exterior, porque era uma das dificuldades que tinham durante o período de refeições. Relativamente ao acesso aos supermercados, na sua opinião, tem sido tranquilo. -----

Senhor Vereador Mark Ministro:

- Deu conta que, relativamente aos alunos mais carenciados, há data tinham trinta refeições, a partir de quarta-feira serão trinta e quatro. Em termos estatísticos, são vinte e dois em Peniche, dois na Serra d'El-Rei, quatro nos Bôlhos, três em Ferrel, um na Coimbra e dois em Atouguia da Baleia-

Senhor Vereador Rogério Cação:

- Saudou e solidarizou-se com todo o trabalho que tem sido feito, pelo menos com a tentativa de se dar resposta àquilo que são as questões mais emergentes e, obviamente, nesta altura, muito mais do que ter opiniões diferentes, teriam que ser convergentes em tudo aquilo que seja lutar pelo combate ao Covid-19. Perguntou se a linha de Apoio aos Idosos estava em funcionamento 24 horas por dia. Disse que fazia todo o sentido haver uma prevenção ao nível do Hospital de Campanha, mas haverão organizações, e falava em nome da Cercipeniche, que num caso de emergência estaria, também, disponível para colaborar. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Em relação à linha de Apoio ao Idoso, neste momento existem dois números, um fixo e um telemóvel. Referiu que está, também, disponível o número geral do Município, para casos de emergência. Agradeceu a disponibilidade de muitas pessoas que têm mostrado disponibilidade para intervir como voluntários, mas, também, instituições que têm dado uma boa resposta, disponibilizando alguns espaços. Deu conta que falou com o senhor José Constantino, do Lar da Serra d'El-Rei, falou, também, com o senhor Emídio Barradas, da Misericórdia, e hoje estava a pensar falar com mais pessoas ligadas às instituições. Disse que têm procurado estar atentos, mas também pretendem dizer às pessoas e às instituições que informem a Câmara Municipal, principalmente se têm dificuldades para que possam corresponder. Disse que uma das coisas que, na sua opinião, foi bastante positivo neste processo foi uma maior proximidade que se criou entre as pessoas no geral, nomeadamente, entre Presidentes de Câmara, e da estrutura da Oestecim que tem sido excepcional. -----

Senhor Vereador Rogério Cação:

- Disse que, durante a sua caminhada, reparou que muitos espaços estão a ficar com muitos dejetos de animais, ou seja, muitas pessoas que vão passear o seu cão, por alguma razão deixaram de fazer aquilo que era um bom hábito, que era apanhá-los. Esta referência é no sentido de sensibilizar as pessoas para que continuem a fazer o que já era hábito fazer. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que a varredura ficou condicionada, mas que em várias áreas de intervenção existem piquetes. Informou que durante o fim de semana perceberam e referenciaram uma série de locais, pelo que voltaram equipas de varredura para a rua, na segunda-feira e parte de terça-feira. Os carros, quer de molok quer de contentores, têm estado a fazer, particamente, o circuito contínuo, separando as equipas, no sentido de não contactarem umas com as outras. -----

Senhor Vereador Filipe Sales:

- Reiterou a total solidariedade, do Partido Social Democrata, para com as medidas adotadas pelo senhor Presidente da Câmara, manifestando, também, o consentimento com todas as medidas preventivas, que visam à contenção desta questão no nosso concelho. Manifestou o reconhecimento a todos os profissionais que estão envolvidos de forma muito direta, neste cenário extraordinário que estamos a viver, e o senhor Presidente da Câmara fez isso bem ao elencar no voto que aprovaram há momentos, aos profissionais de saúde, aos bombeiros, aos agentes das forças de segurança, aos trabalhadores municipais, também, ao Coordenador da Proteção Civil e à equipa que está permanentemente disponível, pelo que gostaria de deixar o reconhecimento, em seu nome e no da senhora Vereadora Cristina Leitão. Reiterou a sua inteira disponibilidade, colocando as suas humildes competências ao dispor da Câmara Municipal e do senhor Presidente, pese embora, o mesmo lhes tenha dito que a melhor coisa era ficar em casa, pelo que reconhecia que era importante dar nota para que as pessoas fiquem, o mais possível, em casa. Disse, ainda, que consideravam, de facto, que a Câmara Municipal tem vindo a tomar medidas adequadas, que visam essencialmente contribuir para a propagação do vírus. Referiu que, neste momento, a comunicação por parte da Câmara Municipal deve ser muito cuidada. Disse que concordava em absoluto que se divulguem os casos que vão sendo sinalizados no nosso concelho. Percebe que tem um efeito de criar um alarme social, mas teriam que ver pela positiva, na medida em que as pessoas percebem que isto não é a brincar e que têm que ter os devidos cuidados. Relativamente à comunicação institucional, que vão divulgando através do Facebook, na sua opinião, deveriam apostar numa comunicação mais organizada, sistematizada, num determinado momento do dia, sob a forma de boletim diário, dizendo as medidas adotadas no dia, ou que se perspetivam adotar no dia seguinte, fazendo uma análise dos casos, porque neste momento o maior inimigo que poderão ter é a informação imprecisa e as Fake News. Disse, ainda, que se tratava de uma crítica construtiva, este é um momento de união, de solidariedade, em torno desta circunstância que é absolutamente extraordinário. Deu conta que esteve com a senhora Vereadora Cristina Leitão a preparar um documento que lhes parece fundamental que a Câmara Municipal dê sinais claros, nesta segunda fase de ação, que é menos imediata, mas igualmente importante para a qualidade de vida das pessoas do nosso concelho, de medidas para auxiliar as famílias, as empresas, os comerciantes e as instituições a minorar os efeitos desta crise pandémica e económica. Referiu que o momento primeiro, o mais importante, é salvar vidas, a Câmara Municipal tem-no feito muito bem com as medidas preventivas que tem implementado, com todas as ações que tem levado a cabo e desenvolvidos. Disse que tinham noção que esta questão da pandemia que é de saúde pública, irá levar a outra questão que, indiretamente, tem que ver com saúde pública, que é a económica, porque não poderiam dissociar a questão da saúde com a questão económica, e a Câmara Municipal pode e deve abordar a questão hoje. Disse, ainda, que lhes parecia importante que as reuniões de Câmara se continuem a realizar, periodicamente, sendo um bom sinal a reunião de hoje, naturalmente, e adiantando, uma reunião sui generis e a ordem de trabalhos, porque atalharam o antes da ordem do dia, falava já do ponto da não realização da reunião de Câmara de 30 de março, consideram que se deve realizar, por videoconferência, existem muitos assuntos para debater, a Câmara Municipal não pode parar, deve continuar com o seu funcionamento, existem informações que devem ser transmitidas e de alguma forma poderem compulsar todos, em conjunto, as medidas que podem vir a ser implementadas. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que, nos aspetos essenciais das questões referidas, concordava com o senhor Vereador Filipe Sales. Referiu que a sua proposta não ia no sentido de fazer a reunião de segunda-feira, a Câmara Municipal não pode parar, pelo contrário, tem que dar um sinal de que pretendemos retomar rapidamente, e se possível acelerar as capacidades de resposta, há técnicos a trabalhar em vários processos e procedimentos. Referiu que não faziam a reunião no dia 30 de março, fariam

no dia 1 ou 2 de abril. Pensa que, entretanto, o Governo irá dizer alguma coisa, em relação ao prolongamento do Estado de Emergência e para além disso, daria tempo para a DPGU e a DAF prepararem melhor a reunião. Disse, ainda, que a Câmara Municipal ao reunir regularmente era um sinal de determinação e de convicção que precisamos de trabalhar e de voltar à normalidade logo que possível. -----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Frisou, na sequência da intervenção do senhor Vereador Filipe Sales, o boletim informativo, e uma vez que a Câmara Municipal, e bem, e o senhor Presidente da Câmara tem escrito alguns Editais com as medidas que foram anunciadas para conter a propagação do vírus, a certa altura a informação era muita e ficou difícil de as pessoas acompanharem. Referiu que o boletim poderia ter em nota de rodapé o editais que saíram no dia. Em relação à questão do funcionamento dos serviços, disse que gostava de perceber, neste momento, para além dos serviços que estão a funcionar com equipas de prontidão, relativamente aos outros serviços. Deu como exemplo a DPGU, por ser um serviço que já se apresentava deficitário, do ponto de vista do seu funcionamento, e neste momento, naturalmente, as coisas podem não ter ficado melhores, porque provavelmente nem todos têm a capacidade de estar em teletrabalho a despachar serviço. Referiu que neste momento a preocupava o facto de o Município não ter, ainda, capacidade de enviar expediente por carta, e que não haja, ainda, a capacidade dos munícipes, para além do email, recorrerem à entrega de documentos em papel. Refere esta situação relativamente à DPGU, porque, felizmente, a plataforma dos projetos está a dar os primeiros passos e é possível coisas novas entrarem dessa forma, com algumas dificuldades naturalmente para todos, mas se estiverem a trabalhar em processos antigos a plataforma não pode ser usada, o que significa que é necessário entregar documentos em papel, e o Município não tem, ainda, a capacidade de ter um ponto de recolha, desconhecendo de que forma poderia ser feito. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que há um conjunto de trabalhadores, técnicos e não só, que continuam a trabalhar em casa por teletrabalho, nomeadamente da DPGU. Deu conta que esta tarde vai decorrer, através de videoconferência, um trabalho interno que tem que ver com o programa do “no paper”. Referiu que tinha a intenção de despachar, ainda hoje, alguns processos que têm que ser despachados presencialmente. Disse que teria que falar com as Chefias para que se criem condições, durante a próxima semana, para algum atendimento. Em relação à questão da informação, disse que nos primeiros dias foi muito complicado e o trabalho decorria de uma forma muito acelerada, agora o momento é de alguma tranquilidade, convictos, que podem melhorar. -----

Senhor Vereador Jorge Gonçalves:

- Começou por mostrar a sua solidariedade com quem tem estado à frente do Município, na tomada de decisões que são difíceis, ao senhor Presidente da Câmara, ao responsável pela Proteção Civil e todos os que fazem com que o nosso concelho continue a funcionar, nos mais diversos setores de atividade, quer no ponto de vista empresarial, no ponto de vista público e do ponto de vista da higiene pública. Referiu que ainda não estavam numa fase de tranquilidade, os próximos dias vão ser a pior etapa que esta pandemia tem, e têm que estar preparados para isso. Disse que vinham aí dias difíceis, provavelmente, do ponto de vista psicológico, muita pressão sobre as pessoas, porque os efeitos do número de contágios vão subir assustadoramente e o número de mortos também, portanto, terão que ter isto em consideração. Disse, ainda, que a primeira missão da Câmara Municipal é tentar salvar o maior número de vítimas possíveis, e para isso têm que estar atentos àquilo que do ponto de vista daquilo que é a Câmara Municipal, enquanto entidade pública, pode ajudar a fazer que essas vidas possam ser salvas. Referiu que há uma questão que o tem

incomodado e preocupado, porque têm que ver as experiências dos outros e com aquilo que aconteceu recentemente nos países da europa, mas também em Portugal, que é a questão dos Lares. Desconhece o que, até agora, foi possível verificar com todas as instituições do concelho, que têm pessoas idosas a seu cargo, como é que as coisas estão a ser tratadas, quais os planos de contingência e qualquer problema que possa existir, o ataque imediato relativamente a isso, porque não estamos numa fase em que a doença ataca apenas as pessoas mais idosas, mas o que é certo é que o número de mortalidade é muito maior nas pessoas mais idosas, portanto, isso é fundamental, para que se possa sair desta etapa com menos danos do que aqueles que eventualmente vão surgir. Relativamente à informação, disse que era importante que a mesma seja muito sintetizada, objetiva e naquilo que é fundamental, porque qualquer replicação, em termos locais, de informação nacional ou de medidas nacionais, não temos apetência dessa divulgação como têm os *medias* quando fazem a divulgação, relativamente às medidas que são tomadas. Referiu que estava de acordo com o senhor Vereador Filipe Sales e com o senhor Presidente de que é necessário a Câmara Municipal ter uma informação mais atualizada, não o grupo que foi criado no Whatsapp, relativamente à Proteção Civil, mas no grupo dos membros da Câmara, porque mesmo não saindo à rua, muitas pessoas os questionam. Relativamente à lavagem das ruas, disse que, obviamente, teria que ser sempre uma medida que deve ser feita, independentemente de haver pandemia ou não, a higiene pública é sempre importante. Disse, ainda, que gostaria que o esforço que se faz hoje de higiene pública seja uma questão, com adaptações necessárias, que para o futuro continuem, porque é importante para todos. Disse que estava de acordo que a próxima reunião pudesse ser feita no próximo dia 1 ou 2 de abril, era evidente que existem matérias para discutir, aquilo que é fundamental neste momento, do ponto de vista daquilo que é o apoio às pessoas, às famílias, às pessoas mais carenciadas, aquilo que são apoios às empresas, e a Câmara Municipal tem que destrinçar uma coisa da outra, o que é imediato e o que é posterior, para poderem analisar e poder decidir. Na sua opinião, a próxima reunião poderia conter algumas medidas, aquelas que são fundamentais e imediatas, que sejam tomadas, mas precisam de tempo para ser estudadas porque, evidentemente, a vida não acaba aqui, vai continuar, as instituições vão continuar e têm que ter meios para sobreviver e para fazer face aos seus compromissos, tem que ser analisadas até que ponto este tipo de apoios é possível ou não, poderem de forma responsável analisar estas coisas. Fez, também, referência à recuperação dos serviços. Na sua opinião a DPGU é uma área onde os atrasos são muito elevados, e esperava que nesta fase, através de teletrabalho, tenha servido para poder recuperar.-----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Quanto aos Lares, referiu estarem atentos e, dentro do possível, irão continuar a fazer os contactos já iniciados, e conscientes, também, da gravidade e dos riscos destas instituições. Referiu que daqueles com quem tem falado, tem pedido uma informação o mais rápido possível de alguma contingência que seja grave, para ver se os podem ajudar rapidamente. Disse que a reunião de Câmara ficaria marcada para o dia 02 de abril, quinta-feira, às 10h00. Referiu que todos têm consciência que tinham que tomar medidas excecionais para o apoio às pessoas que têm dificuldades, às empresas que vão ficar com algumas dificuldades. As propostas que apresentou foi uma reflexão, natural, que, provavelmente, qualquer um dos senhores Vereadores faria, com as empresas que dependem mais diretamente da Câmara Municipal ou de alguns operadores, nomeadamente os concessionários. Disse que seria razoável, no aspeto concreto dos concessionários/ arrendatários, poder ser dado uma maior folga. Pegando no documento de medidas que enviou, referiu que a questão do Mercado Municipal o preocupa, porque algumas pessoas não estão a trabalhar, nem vão ter os rendimentos que normalmente teriam, e algumas delas já tinham algumas dificuldades como empresários em nome individual. A isenção de taxas pela ocupação do espaço público/ publicidade, na sua opinião, será pacífico. A questão das rendas

de habitação social, disse que a tendência ia no sentido prorrogar os prazos de pagamento. Disse que, independentemente das questões políticas, foi positivo que os senhores Vereadores se tivessem preocupado em trabalhar algumas propostas. Referiu que há a questão da água e, na sua opinião, devem tomar-se medidas, mas não concorda com a generalização das medidas, ou seja, seria preferível concentrar o apoio da Câmara naqueles que mais precisam, criando mecanismos para apoiar empresas e pessoas. Referiu que deveriam ter algum cuidado, dando conta que solicitou aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento para estudarem, e já dispõem de alguns valores, e avaliarem o impacto das medidas, referindo também preocupação por puderem estar a apostar em gastar verbas, que sendo mais concentradas poderiam ajudar quem mais precisa. Disse que a Câmara Municipal iria ter tempo para discutir as medidas, que concordava com o senhor Vereador Filipe Sales quando referiu que poderia ser um sinal, mas também pode ser um sinal de falta de amadurecimento, de algum tempo de reflexão, face aquilo que importa mais seguir. Tal como o senhor Vereador Jorge Gonçalves há pouco dizia, ninguém sabe o que vai acontecer nos próximos dias, ninguém sabe se a situação vai ser dramática no nosso concelho, e que vão ter que agarrar em todas as verbas disponíveis e, provavelmente, deixar de fazer outras coisas que estão a pensar fazer, e concentrar em alguns apoios e na criação de novos serviços. Referiu que tinha a certeza de uma coisa, este momento pôs a nu, mais algumas insuficiências que todos tinham, nomeadamente da Sociedade, mas, também, do Município e, na sua opinião, poderá ser um momento importante para nos obrigar a que possamos trabalhar mais uns para os outros, nos próximos meses, com propósitos novos. Deu conta que na análise que fez com alguns técnicos, nomeadamente com o senhor Engenheiro Raminhos, uma das coisas que ele chamou à atenção de imediato foi o facto de toda a gente estar a apostar na isenção da taxa fixa, e aconselhou que não fôssemos por essa medida, em relação ao nosso concelho, porque têm 40 a 50% de segundas habitações, ou seja, iríamos isentar as segundas habitações quando se deveriam concentrar nas pessoas que cá residem. Disse que concordava em absoluto que teriam que tomar medidas, mas devemos aproveitar os dias, até à próxima reunião, para refletirmos, uma vez que aguarda mais informação, procurando ajudar aqueles que mais precisam para sobreviver, quer para as pessoas, quer para as empresas, porque os próximos tempos vão ser determinantes, acima de tudo para as empresas que não têm capacidade financeira para depois recuperar, para manter os postos de trabalho e manterem-se abertas. -----

Senhor Vereador Filipe Sales:

- Fazendo o paralelismo com a questão que o senhor Presidente referiu, da limpeza das ruas, disse que no seu entendimento, a limpeza das ruas tinha um fator que atua sobre o psicológico de cada um de nós, que gere um sentimento de segurança. Estabelecendo o paralelismo com a oportunidade de implementar as medidas neste momento, embora o senhor Presidente da Câmara tenha referido que poderia ser interpretado como medidas que não foram devidamente refletidas, não houve um processo de reflexão, ao Partido Social Democrata parece-lhes que é absolutamente determinante que possam comunicar no imediato aquelas medidas extraordinárias de apoio às famílias, às empresas e aos comerciantes. Importa, também, dizer que existem um conjunto de autarquias que já tomaram a iniciativa de aplicar essas medidas, algumas iguais outras parecidas, mas para o Partido Social Democrata parece-lhes determinante adotarem um conjunto de medidas e implementá-las. Referiu que este é um momento de união, onde as demagogias, os populismos devem estar completamente de parte daquilo que são as suas propostas. Disse que se já o espírito de responsabilidade inspirava as suas ações políticas, diariamente, neste momento são ainda mais inspirados pela questão da responsabilidade, e ele próprio, indiretamente, para o documento que o Partido Social Democrata fez chegar hoje, disse que nesta fase de ação menos imediata, mas muito importante para a qualidade de vida dos munícipes do nosso concelho, a Câmara Municipal deverá refletir de que forma deve e pode auxiliar as famílias, as empresas, os comerciantes, as instituições,

para no fundo diminuir os efeitos desta crise que é pandémica, mas que será, também, uma crise económica e social, e que não se vai manifestar só no imediato, vai-se manifestar, também, nos próximos meses, como resultado deste tempo de emergência, em que muitas famílias e muitas empresas se vêm privadas da sua atividade, das suas fontes de rendimento e que, inevitavelmente, vão levar a diversas dificuldades na assunção de compromissos já firmados. Referiu que, ontem, houve uma boa notícia para as famílias e para as empresas, relativamente ao *lay off* simplificado e da elegibilidade que algumas empresas vão ter, que não teriam num anterior cenário de *lay off* simplificado, também uma boa notícia do Governo, regras essas que terão que passar pelo Parlamento, mas que no fundo levará a que as Instituições Bancárias tenham que aliviar ou a Amortização de Capital ou se incidirá sobre o Capital e sobre os Juros, e isto leva também um sentimento de confiança para as famílias, para olharem para a sua circunstância socioeconómica. Deu conta das medidas propostas pelo Partido Social Democrata:

1 - *Isenção de 50% nas componentes variáveis da tarifa de água e do saneamento para consumidores domésticos e não domésticos, durante os meses de abril e maio de 2020.* Referiu que tiveram em consideração incidir sobre as componentes variáveis e não sobre as componentes fixas. Fizeram inclusive uma simulação, relativamente aos valores em orçamento, em relação às tarifas variáveis de água e de saneamento, e têm uma projeção do cômputo geral, que estão também as tarifas relativamente aos consumos industriais, o que lhes leva a crer que a isenção de 50% pelo menos em 2 meses, é um valor perfeitamente suportável pelos próprios serviços. Referiu que se tratava de uma situação que teria que passar pelo Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento e, conseqüentemente, pela Câmara Municipal;

2 - *Isenção de taxas de ocupação de espaço público, esplanadas e publicidade, de licenças que venham a ser requeridas e emitidas, até ao final do ano de 2020, para empresas que após o fim do estado de emergência retomem a sua atividade, assim como prolongamento em 6 meses, sem custos adicionais, para licenças de ocupação de espaço público, esplanadas e publicidade atualmente em vigor.* Referiu que reparou que algumas autarquias faziam uma espécie de estorno aos pagamentos que já foram efetuados. Caso a Câmara Municipal enveredasse por essa via, poderia levar a constrangimentos, por parte dos serviços, para corresponder aos pedidos de estorno que pudessem surgir, portanto, a ideia seria isentar todas as licenças que venham a ser requeridas e emitidas até ao final deste ano, depois desta questão de emergência, mas por outro lado, para aquelas que já foram emitidas e devidamente pagas, dar-se-ia um prolongamento, em seis meses sem custos adicionais;

3 - *Criação do Fundo Municipal de Emergência (FME) para apoiar indivíduos, famílias e entidades expostas a condições de grande fragilidade social e económica, com o valor correspondente a, pelo menos, 25% da receita arrecadada pelo Município em IRS no presente ano;*

4 - *Isenção do pagamento das rendas, nos meses de abril e maio de 2020, aos concessionários municipais que tenham cessado a atividade durante o estado de emergência e suspender a cobrança de taxas dos mercados municipais;*

5 - *Isenção no pagamento da derrama no corrente ano para as empresas que comprovadamente não tenham despedido, nem terminado contratos de trabalho com os seus colaboradores.* Disse que a questão da derrama lhes parecia absolutamente crucial para muitas das PME's do nosso concelho. Referiu que tiveram o cuidado de, informalmente, abordar alguns empresários, que se enquadram nestas circunstâncias, que manifestaram a sua grande preocupação, quanto ao mês de agosto. Em relação ao mês de agosto, disse que é o mês em que são feitos os pagamentos da derrama, mas também de IRC, e as pessoas com quem falaram manifestaram os seus expectáveis problemas de liquidez nesta altura, porque não terão capacidade para honrar aqueles dois compromissos e o compromisso, que é sem dúvida o mais importante, junto das famílias que lá trabalham, junto dos seus colaboradores. Referiu que este ano, e era conhecida a posição do Partido

Social Democrata sobre a derrama, quer na Câmara Municipal, quer na Assembleia Municipal, por ocasião da aprovação, ao longo dos últimos anos, deste Imposto Municipal. Como sabiam foi pela primeira vez implementada quando do Programa de Ajustamento Financeiro relacionado com o Plano de Apoio à Economia Local que tiveram por ocasião da Troica, com a linha de mil milhões de euros que foi disponibilizada pelo Governo de então, e para o Partido Social Democrata, desde que deixou de haver aquela obrigatoriedade, através do Programa de Ajustamento Financeiro, parece-lhes que não faz sentido aquela medida penosa. Disse, ainda, que, atendendo às circunstâncias que se vivem e ao sufoca que as empresas estão a viver e, inclusive, à coincidência de meses, e agosto será um mês terrível para as PME's do nosso concelho, atendendo à circunstância que estamos a viver, propõem a isenção do pagamento da derrama;

6 - *Atribuição de um subsídio extraordinário a todas as IPSS do concelho que tenham sido obrigadas a suspender as suas respostas sociais, onde comprovadamente se registe o decréscimo superior a 50% nas participações familiares, apoiando e substituindo-se o Município com o pagamento de 25% dessa participação.* Disse que tinham noção que a maioria das Instituições Sociais, que operam no nosso concelho, têm celebrados acordos de recuperação com a Segurança Social, e a forma de financiar a sua atividade é por via dos acordos de cooperação e por via, na maioria dos casos, das participações familiares. Referiu que a Segurança Social deu um sinal positivo dizendo que, independentemente das respostas sociais não estarem a funcionar (creches, pré-escolar, Centros de Dia), continuaria a participar com os considerados em acordos de cooperação. Disse que era natural que as famílias não tenham condições, porque também elas vêm os seus rendimentos reduzidos, de continuar a honrar com 100% daquilo que lhe era devido, relativamente às participações familiares. Viu que o Governo Regional da Madeira implementou um sistema que substituirá ao pagamento por parte das famílias, no que concerne às participações familiares, assegurando a totalidade (100%) dessa participação familiar. Disse que aqui não seria exequível a questão dos 100%, mas parece-lhes que quando houver um decréscimo superior a 50% das participações familiares, o Município deverá garantir o pagamento de 25% daquele valor. Disse, ainda, que a Câmara Municipal deverá, também, dar um contributo excecional neste tempo, que será difícil do ponto de vista da tesouraria, para as instituições;

7 - *Reforço do estímulo municipal à atividade económica, melhorando a capacidade de resposta dos serviços municipais (no imediato, através de teletrabalho), de forma a que os processos de licenciamento turístico, comercial, industrial ou de obras particulares não fiquem pendentes e que todos os investimentos se possam concretizar no mais curto espaço de tempo – limitando assim os efeitos de contágio que costumam resultar das crises económicas.* Disse que esta oportunidade, onde os serviços têm evidentemente um menor afluxo de procura de requerentes, deveria ser aproveitada da forma mais positiva possível, colocando todos os pedidos de licenciamento em dia, apostando claramente numa reorganização dos serviços através das questões do teletrabalho, através da desmaterialização dos processos, que sabem que já está a ser operado, e os serviços têm, também, uma oportunidade de excelência para colocar muitos processos e muitas das questões de licenciamento em dia.

Deu nota que deve, ainda, a Câmara Municipal reivindicar junto do Governo, nomeadamente através da Oestecim, por uma linha de crédito para apoio às autarquias por forma a que estas possam aceder a um empréstimo financeiro para as atividades necessárias à mitigação e gestão da corrente crise económica e social, decorrente desta pandemia do COVID-19. A crise que pode resultar desta pandemia pode ter um efeito enorme sobre a vida dos nossos municípios e cabe à Câmara Municipal fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para minorar esse efeito. Depois do COVID, Peniche não pode parar. Referiu que as sete propostas que apresentaram, seis de uma forma mais objetiva, a sétima relacionada com os serviços, têm noção que não é tão mensurável como as outras. Consideram que são propostas perfeitamente exequíveis, não têm qualquer grau

de demagogia, de populismo, parece-lhes que agora é um momento de ação, que devem passar um sinal claro para as pessoas que estão, na sua grande maioria, em sua casa, havidas de ver um sinal de fumo da parte da Câmara Municipal, um sinal de que “*fiquem tranquilas, nós estamos aqui, nós vamos conseguir, também, aliviar-vos naquilo que estiver ao nosso alcance e Peniche não vai parar.*” -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que concordava que teriam que dar esse sinal. Preferia que o dinheiro que, no fundo, vão prescindir de receber fosse aplicado com mais objetividade, mais direcionadas às pessoas e às empresas que precisam mais. Referiu que as medidas generalizadas, na sua opinião, poderiam não ter esse impacto. Disse que é verdade que teria outro impacto, o de poder contribuir para as pessoas acreditarem e, no fundo, perceberem que a Câmara Municipal está a fazer alguma coisa. Referiu que não quis apresentar propostas nesse sentido, porque entendeu que estão todos com esse propósito. Sugeriu que, hoje, fosse feito um comunicado à população, a dizer que a Câmara Municipal esteve reunida, que estão a preparar medidas, e poderiam referir, objetivamente, o apoio às empresas, o apoio às pessoas, referir concretamente que vão dar apoios aos consumos de água, mas, na sua opinião, seria importante que as decisões finais pudessem ser tomadas com outras certezas, na próxima quinta-feira. Em relação às isenções dos espaços públicos, da publicidade e das esplanadas, disse que seria pacífico. Relativamente ao Fundo Municipal de Emergência, disse que preferia que fosse criado um Plano Municipal de Emergência, e que as questões financeiras pudessem ser os 25% ou não, teriam que avaliar. Referiu que todos pretendiam que o Município de Peniche funcione melhor, mas também é verdade que não podemos ficar sem condições financeiras por aprovarmos essas medidas. Referiu que simpatizava mais com o Plano que, no fundo, estaria ligado ao Fundo Municipal de Emergência, como fizeram outros concelhos. Em relação à derrama, disse que tinha dúvidas, mas já tinha ponderado e, há uns dias atrás, solicitou à senhora Vereadora Ana Rita Petinga para verificar qual era o valor da derrama previsto para este ano. Caso lhe perguntassem se no final deste ano estava a pensar propor o fim da derrama ou a sua alteração, respondia que não, até porque poderia ser entendido como uma proposta demagógica, tendo em conta o tempo que irão atravessar no próximo ano. A dúvida que tem, é se é possível, em termos legais fazê-lo, porque acha que não podem. Disse que a decisão da derrama este ano, apenas terá impacto daqui a dois anos, mas é uma questão que poderemos avaliar mais tarde. Referiu que concordava com os pressupostos e com os argumentos a favor para que se acabe com a derrama e, também, concorda que isso deveria ser apenas em momentos excepcionais, mas a Câmara Municipal ainda não está no momento de capacidade financeira para o terem feito há mais tempo, mas admitia que pudessem considerar, terão que avaliar, verificar a legalidade da decisão e falar sobre o assunto na próxima reunião. Em relação aos apoios às IPSS, disse que ontem esteve a falar sobre o assunto, aliás, todas estas medidas e outras foram faladas ontem, na Oestecim, que provavelmente poderão tomar. Referiu que deveriam apoiar, dentro das possibilidades de cada um. Referiu que entende não ser desejável assumir compromissos que não sabem quanto custam, e é nesta altura que, na sua opinião, devemos ter alguma calma, e acha que há esse propósito, há essa preocupação, porque seria dramático para o nosso concelho que alguma destas instituições ficasse sem condições para continuar a prestar os serviços que prestam, sejam eles idosos, sejam crianças ou outro tipo de pessoas, mas, na sua opinião, devem falar mais, porque acha que esta é uma das questões que deve merecer uma análise, com outra profundidade. Disse que, em relação ao estímulo municipal e à atividade económica, obviamente, tem que ser um sinal, independentemente de poderem beneficiar deste interregno, em relação à recuperação de alguns processos, não sabe, se esta avaliação vai ainda ser efetuada, mas é um momento crucial, e também concorda, em absoluto, tendo já dado orientações nesse sentido, na análise dos projetos, os pedidos de informação prévia que entraram, que sejam todos despachados e, em relação aos projetos que

se referem a investimentos, se os conseguem acelerar para quando retomarem, conseguirem avaliá-los e dar seguimento àquilo que as pessoas estão à espera. -----

Senhor Vereador Rogério Cação:

- Relativamente à proposta do Partido Social Democrata, disse que concordava quer com os pressupostos, quer com boa parte das medidas. Referiu que era muito sensível, na sua opinião, de devem ter estratégias de apoio às famílias, às entidades da economia social e estímulos ao desenvolvimento económico, até porque há vida depois do Covid-19. É, também, da opinião, que se deve pensar bem nas medidas, independentemente de se poder desde já avançar com este conjunto de medidas que é preciso ser tomada, em todas as áreas, porque terão que cruzar o tipo de medidas a tomar em Peniche, com um conjunto de apoios que o próprio Estado já tem definido. Deu exemplo da medida de apoio às famílias, por causa das participações nas respostas sociais, é uma proposta que vai ser presente, na segunda-feira, à reunião da Comissão Permanente do Compromisso Social, no sentido de ser o Estado a assumir o custo. Quando se fala das organizações de intervenção social, disse que tinha que ser cruzado com uma outra questão que para si próprio é fundamental, por exemplo, o Estado disponibilizou uma linha de 165 milhões de euros, só para a economia social, sobretudo para problemas de tesouraria e, obviamente, a Câmara Municipal tem que ser capaz de apoiar as entidades de economia social, incentivando-as para que tenham as suas dinâmicas de crescimento e de resposta a situações de crise, ou seja, tem que ser encontrado um modelo de apoio que não seja parasitário. Disse que as medidas, para serem justas, têm que ser muito bem ponderadas, do ponto de vista da objetividade, e por isso diz que está de acordo com todas as propostas apresentadas, na sua opinião, podem até ser complementadas, melhoradas, acrescentadas. Referiu que está perfeitamente de acordo que devem dar sinais positivos, pelo que sugeriu dar já esse sinal para o exterior, que ponderassem cada uma das medidas em função daquilo que são outro tipo de apoios que o Estado está a pensar, embora ache que todas as medidas são escassas, face àquilo que vão ser as dificuldades que se vão sentir, mas teme que ao tomar algumas decisões, agora, perante uma situação que ainda fique mais dramática amanhã, já não teriam as mesmas capacidade para tomar decisões que nessa altura serão mais emergentes. Propôs que a discussão destas medidas e de outras que, eventualmente, outros tenham, possa fazer-se nas próximas reuniões, e que quando a Câmara Municipal tomar as medidas, as mesmas sejam tomadas com o conhecimento daquilo que são outros apoios que o Estado, certamente, não deixará de tomar, no sentido de a melhorar.-----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que concordava, em absoluto, que todos deveriam dar um contributo nesse sentido. -----

Senhor Vereador Jorge Gonçalves:

- Disse que está de acordo, que é preciso dar um sinal, às empresas, às famílias, de que a Câmara Municipal tem uma possibilidade de apoiar, e a que níveis esses apoios podem ser feitos. Referiu que estão, também, a falar em salvar vidas, pelo que gostaria de saber se junto do Centro Hospitalar, concretamente, em relação ao Hospital de Peniche, se há necessidade para a Câmara Municipal dar um apoio em alguma coisa. Disse que se o senhor Presidente já fez o contacto, muito bem, se não o fez, deve fazê-lo, no sentido de saber se há alguma dificuldade que o Hospital de Peniche possa ter neste momento, e que possa ser a Câmara Municipal o braço da resolução do problema, até envolvendo alguns meios financeiros, portanto, era este o primeiro objetivo da Câmara Municipal, salvar vidas, porque se não as salvarem, não as podem ajudar. Relativamente a famílias, disse que seria àquelas que têm mais dificuldades, às que ficaram desempregadas, e é preciso saber quantas há, àquelas que têm rendimentos muito baixos, porque para si próprio não é preciso, continua a ter fonte de subsistência, pensão, assim como os funcionários públicos têm os

seus vencimentos, a Câmara Municipal pagará a totalidade aos seus funcionários, o Estado também pagará a totalidade, logo estes não precisam deste tipo de apoio, relativamente a estas situações, portanto têm que selecionar estas questões. Em relação às empresas, referiu que as que fecharam não consumiram, portanto não têm apoio, mas e os grandes consumidores, se fecharam também não consomem, o apoio também não é nenhum, e os grandes consumidores são empresas, e se a Thai Union está a trabalhar, ao fazer 50% a uma empresa que está a trabalhar é muito dinheiro, portanto, tudo isto tem que ser discutido e analisado, ou seja, não podem pensar que têm apoios de uma forma cega e, também, têm que ver como operacionalizam os apoios. Disse que era a favor de tomar medidas, mas têm que estudar algumas questões, em maior profundidade, que não foram feitas até aqui, e os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento têm que ver qual é o impacto que terão nas receitas dos serviços, não querendo dizer com isso que esse impacto não possa ser coberto, por aquilo que possam ser os resultados financeiros que os serviços têm, mas têm que estudar. Em relação à derrama, referiu que o problema do seu pagamento vai colocar-se do ponto de vista da Administração Central do Governo, em que vai, ou atirar mais para a frente o pagamento dos impostos ou vai isentá-los, porque essa matéria deixou de estar nas mãos das autarquias, porque isto é um pagamento por decisões tomadas anteriormente, e como tal a autarquia não tem mecanismo legal, a menos que o Estado venha a concedê-lo, para dizer à Autoridade Tributária que não recebem este valor de imposto, e o problema é de operacionalização de uma medida destas, não significando que não possa estar de acordo com ela, agora, como é que operacionalizamos, ou as autarquias têm que dizer, através da Oestecim, ao Governo, que querem isentar empresas do pagamento da derrama este ano, para lhes darem o meio legal para fazer isso, e isso é possível, como uma forma de chegar à Administração Central a preocupação e a vontade dos Municípios. Referiu que, no dia 04 de abril, deveriam trocar várias propostas e ter estudos para a tomada de medidas. Disse que pertencia a uma sociedade que passou por uma série de coisas, mas nunca pensava que passasse por uma situação destas, ou seja, já passaram milénio, já passaram o século, já passaram a queda do muro de Berlim, que era impensável, já assistiram ao 25 de Abril, mas nunca pensou assistir a uma situação como a que estamos a viver neste momento, o que é problemático e é neste momento que todos devem estar unidos, para dar resposta a uma questão que é da sociedade, enquanto sobreviventes, numa sociedade que viveu de uma determinada forma e que daqui para a frente vai ter que viver de forma diferente, porque sabendo a situação que a doença traz e está a trazer e não temos mecanismos para a combater imediatamente, portanto, tudo isto vai mudar as nossas vidas num futuro muito próximo. Disse, ainda, que há algumas medidas, que ainda não viu, que, na sua opinião, são simples, que é dizer, relativamente à Piscina Municipal, até agosto, nem há piscina, nem há pagamentos, e caso alguém tenha pago adiantado, ficava a crédito ou era devolvido, relativamente ao Ballet, seria igual, até ao final do ano letivo ninguém paga e se pagou seria devolvido ou fica a crédito para o próximo ano. Verificou que o senhor Presidente colocou o problema dos concessionários, e há um concessionário em que o estabelecimento é da Câmara Municipal “Restaurante O Parque”, que tem que ser integrado no mesmo tipo de isenções que está a considerar, relativamente aos seus funcionários, de uma forma direta. Disse que existem algumas coisas que têm que discutir melhor e objetivar. Na sua opinião, dia 02 de abril, é uma boa oportunidade para cruzarem várias propostas que ali estão e terem algum estudo de retaguarda, porque seriam muito irresponsáveis, enquanto gestores de uma entidade, como é a Câmara Municipal e os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, se não tivessem a consciência do que aquilo pesa, do ponto de vista da gestão, a tomada de medidas, não querendo dizer que as mesmas não sejam tomadas. Referiu que todos receberam uma carta do senhor Carlos Mota, e era importante que, na reunião de 02 de abril, o assunto fosse colocado na ordem de trabalhos, para poderem conversar sobre a matéria. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Em relação ao Hospital de Peniche, deu conta que forneceram máscaras e luvas, mas como se sabe as máscaras são a maior dificuldade, e não são todas iguais. Informou que já falou com a senhora Diretora, disponibilizou a ajuda da Câmara Municipal, dentro do que for possível. Referiu que ontem, manifestou preocupação com a situação do alojamento das pessoas, e foram avaliar se era necessário, parece que não precisam, mas no Centro de Saúde podem precisar, vão verificar o que podem fazer. Deu conta que a Oestecim tem um conjunto de medidas que foram consensualizadas ontem, e logo que o documento esteja concluído partilhará com os senhores Vereadores. Informou que há, também, um documento, que são as reivindicações da Oestecim ao Governo, e há, também, um contacto e uma ligação permanente. Em relação a algumas medidas que o senhor Vereador Jorge Gonçalves referiu sobre as Piscinas e o Ballet, disse que já esteve a falar com a senhora Vereadora Ana Rita Petinga sobre estas e outras, que vão ser trabalhadas. Sugeriu que os senhores Vereadores pensasse, cada um, nas áreas que melhor conhece e que pode aprofundar, recorrer a pessoas que têm outros conhecimentos e que podem ajudar, mas neste momento devem ter a preocupação de fazer o melhor possível e que é de grande responsabilidade da Câmara Municipal. Relativamente ao restaurante referido pelo senhor Vereador Jorge Gonçalves, disse que não estava na listagem, mas será tido em conta. Disse, ainda, que iriam ter critério.-----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Aproveitou o momento final da reunião para dizer que quando fizeram a apresentação daquelas propostas, tiveram a oportunidade de, mais ou menos, tentar quantificar aquilo que seriam os valores correspondentes a cada uma das medidas e o que representaria para o Município. Deu conta que tinha enviado um email com uma proposta que gostariam de ver nos assuntos da próxima reunião, que tem que ver com a necessidade de se cruzar informação do exterior, tentando estudar em profundidade o estudo de retaguarda que o senhor Vereador Jorge Gonçalves referiu, e deve partir do Município procurar fazer, talvez através das plataformas digitais, inquéritos orientados. Disse que no caso, a proposta é que se possa realizar um inquérito a todos os comerciantes e empresas do concelho, recorrendo ao email, para avaliar o impacto real e objetivo da declaração do estado de emergência, nas suas atividades económicas, com o objetivo de conhecerem as dificuldades que se perspetivam nos próximos meses, nomeadamente para setores como o turismo, a pesca, o comércio e retalho, restauração, entre outros, e, talvez, fazê-lo, também, para as famílias, mas quando fizeram a proposta, pensaram, essencialmente, nas atividades económicas, porque é aquilo que no futuro vão ter que conhecer com muita realidade. Disse, ainda, que caso o Município faça este inquérito, poderia divulgá-lo, rapidamente receber a informação e rapidamente poderiam ter noção daquilo que são as dificuldades em cada um dos setores, e que, na sua opinião, era um caminho para tentar perceber, fazer um estudo e cruzar a informação, porque vão precisar nos próximos meses, também, para apresentar propostas em concordância.-----

DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA:

2) *Empreitada de “Musealização do Sítio Arqueológico do Morraçal da Ajuda” - Prorrogação do prazo – Pelouro do Planeamento e Urbanismo:* -----

Deliberação n.º 251/2020: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 12 de março de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Ratificar a decisão do senhor Presidente relativamente à segunda prorrogação do prazo para entrega das propostas do concurso de empreitada em apreço, pelas razões indicadas na informação da DPGU datada de 09 de março de 2020, ao abrigo do n.º 4 do artigo 64.º Código dos Contratos Públicos, e do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,

em articulação com o regime estabelecido nos n.ºs 1, 3 e 5 do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo, com a sua atual redação.» (Doc.186 DPGU 446.B/OM)-----

3) Empreitada de construção de passadiços para as praias da baía norte de Peniche – Cova de Alfarroba, Baía e Baleal Campismo – Prorrogação do prazo - Pelouro do Planeamento e Urbanismo: -----

Deliberação n.º 252/2020: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 23 de março de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Ratificar a decisão do senhor Presidente relativamente à prorrogação do prazo para entrega de propostas do concurso de empreitada em apreço, por um período de 30 dias consecutivos, com os fundamentos indicados na informação da DPGU datada de 23 de março de 2020, ao abrigo do n.º 4 do artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos e do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em articulação com o regime estabelecido nos n.ºs 1, 3 e 5 do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo, com a sua atual redação.» (Doc.187 DPGU 214.A/OM)-----

4) Empreitada de estabilização da arriba do portinho de areia sul – Prorrogação do prazo - Pelouro do Planeamento e Urbanismo: -----

Deliberação n.º 253/2020: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 23 de março de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Ratificar a decisão do senhor Presidente relativamente à prorrogação do prazo para entrega de propostas do concurso de empreitada em apreço, por um período de 30 dias consecutivos, com os fundamentos indicados na informação da DPGU datada de 23 de março de 2020, ao abrigo do n.º 4 do artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos e do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em articulação com o regime estabelecido nos n.ºs 1, 3 e 5 do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo, com a sua atual redação.» (Doc.188 DPGU 215.A/OM)-----

5) Empreitada de “Musealização do Sítio Arqueológico do Morraçal da Ajuda” - Prorrogação do prazo – Terceira prorrogação do prazo - Pelouro do Planeamento e Urbanismo:-----

Deliberação n.º 254/2020: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 23 de março de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Ratificar a decisão do senhor Presidente relativamente à prorrogação do prazo para entrega de propostas do concurso de empreitada em apreço, por um período de 51 dias consecutivos, com os fundamentos indicados na informação da DPGU datada de 19 de março de 2020, ao abrigo do n.º 4 do artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos e do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em articulação com o regime estabelecido nos n.ºs 1, 3 e 5 do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo, com a sua atual redação.» (Doc.189 DPGU 446.B/OM)-----

REUNIÕES DE CÂMARA:

6) Não realização da terceira reunião ordinária da Câmara Municipal de março de 2020 – Pelouro da Administração Geral: -----

Deliberação n.º 255/2020: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 24 de março de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta

anexa ao livro de atas: -----
«Tendo em conta a mitigação/prevenção do risco de infeção pelo novo Coronavírus (Codiv-19), e que, após ter auscultado o restante Executivo se concluiu pela falta de condições para reunir a Câmara Municipal em segurança, e não ter havido a possibilidade da Câmara Municipal o ter deliberado previamente, proponho que a Câmara Municipal, ratifique o meu despacho, de dia 14 de março de 2020, emitido ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e para efeitos do previsto nos números 2 e 4 do artigo 40.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no n.º 5 do artigo 2.º do Regimento da Câmara Municipal, através do qual determinei que não se realizasse a terceira reunião ordinária da Câmara Municipal, prevista para segunda-feira, dia 16 de março de 2020, a qual tinha caráter público.» (Doc.190)

7) Realização da quinta reunião ordinária da Câmara Municipal de março de 2020 – Pelouro da Administração Geral: -----

Deliberação n.º 256/2020: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 24 de março de 2020, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Tendo em conta as medidas tomadas no âmbito da mitigação/prevenção do risco de infeção pelo novo Coronavírus (Codiv-19), que determinaram que o Município esteja a funcionar com serviços mínimos nas respetivas instalações, em condições ímpares que não permitem preparar os processos para decisão da Câmara Municipal com a normalidade e fluência habitual, prevendo-se uma diminuição de assuntos a integrar uma eventual ordem de trabalhos, proponho, nos termos do n.º 2 e 4 do artigo 40.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e de acordo com o n.º 5 do artigo 2.º do Regimento da Câmara Municipal, que não se realize a quinta reunião ordinária da Câmara Municipal prevista para o dia 30 de março.» (Doc.191)-----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 257/2020: Para efeitos de execução imediata, a Câmara deliberou aprovar a minuta da presente ata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. -----

ENCERRAMENTO:

Sendo doze horas e cinquenta e sete minutos, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Josselène Nunes Teodoro*, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, em regime de substituição, subscrevo. -----

APROVAÇÃO:

A presente ata foi aprovada e assinada na reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 18 de maio de 2020, tendo sido deliberado dispensar a sua leitura, por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963. -----

O Presidente da Câmara Municipal,

(assinado no original)

A Chefe da Divisão de Administração e Finanças,
em regime de substituição,

(assinado no original)
